

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 914.578 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RECDO.(A/S)	: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO - PSDC
ADV.(A/S)	: SAMUEL ANTONIO LOURENÇO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: JOSÉ MARIA EYMAEL

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRESCRIÇÃO. LEI N. 9.096/1995. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra julgado do Tribunal Superior Eleitoral:

“AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIRETÓRIO NACIONAL DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007. ART. 37, § 3º, DA LEI N. 9.096/1995. QUESTÃO DE ORDEM. PC N. 37. PRESCRIÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Em 23.9.2014, ao julgar a PC n. 37/DE, este Tribunal, por maioria, aprovou questão de ordem para aplicar o prazo referido no § 3º do art. 37 da Lei n. 9.096/1995, inclusive para entender que ficam prejudicados na análise, diante do transcurso do tempo, os processos que antes tramitavam como administrativos e que a Corte determinou

ARE 914578 / DF

o processamento e julgamento como jurisdicionais.

2. Agravo regimental desprovido ” (fl. 612).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

2. O Agravante alega contrariados os arts. 17, inc. III, e 37, § 5º, da Constituição da República, asseverando que

“o Tribunal Superior Eleitoral reiteradamente vem aplicando o prazo prescricional de 5 anos, previsto no art. 37, § 3º, da Lei n. 9.096/1995, às prestações de contas anuais apresentadas pelos partidos políticos antes da edição da Lei n. 12.034/2009, para considerá-las prejudicadas de exame pelo transcurso do tempo, ignorando os dispositivos constitucionais relativos à obrigatoriedade da apresentação de prestação de contas e à imprescritibilidade das ações que visem a recomposição do erário, previstos, respectivamente, no art. 17, III, e art. 37, § 5º, ambos da Constituição Federal.

(...)

A Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009, dentre outras diversas alterações, modificou a natureza jurídica da prestação de contas anual dos partidos políticos, que passou de administrativa para jurisdicional, nos termos do § 6º do art. 37 da Lei n. 9.096/1995. Além disso, instituiu o prazo prescricional de 5 anos a contar da apresentação das contas, para a aplicação da sanção de suspensão do repasse das quotas do Fundo Partidário, no caso de desaprovação das contas, a teor do art. 37, § 3º, da Lei n. 9.096/1995 (...).

O § 3º do dispositivo é claro ao dispor que a prescrição diz respeito, tão somente, à sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, não alcançando as sanções de ressarcimento ao erário e de devolução de valores ao Fundo Partidário.

No caso, o parecer dessa Procuradoria Geral Eleitoral opinou pela desaprovação das contas de 2007 do Diretório Nacional do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), com o recolhimento ao erário do valor de R\$ 4.288,65, devidamente atualizado e pagos com recursos próprios, bem como a aplicação da sanção de suspensão do repasse de quotas do Fundo Partidário. Como cedo, caso constatada

ARE 914578 / DF

irregularidade na prestação de contas dos partidos políticos, a decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo, com vistas à obtenção do ressarcimento dos recursos do Fundo Partidário aplicados irregularmente” (fls. 640-651).

3. O recurso extraordinário foi inadmitido ao fundamento de ausência de ofensa constitucional direta.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade da formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. No Recurso Extraordinário n. 669.069-RG (Tema n. 666), Relator o Ministro Teori Zavascki, este Supremo Tribunal decidiu ter repercussão geral a controvérsia sobre “*imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa*” (DJe 2.8.2013).

Não é o caso, contudo, de se devolverem estes autos à origem para observância da sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil), pois outros óbices processuais impedem a apreciação do recurso extraordinário. Assim, por exemplo:

“A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo

ARE 914578 / DF

dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da CF)” (RE n. 694.347-AgR, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 20.2.2013).

“Nos termos do art. 323 do RISTF, o exame da repercussão geral da matéria constitucional versada no recurso extraordinário somente é viável se não for o caso da negativa de seu seguimento por outras razões. A existência de vícios processuais ou formais que impedem a reforma do acórdão recorrido retiram a utilidade do recurso extraordinário, requisito necessário ao interesse jurídico recursal. A aplicação das Súmulas 279 e 284/STF ao caso prejudica o exame da repercussão geral” (RE n. 542.799-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 23.4.2012).

7. Como afirmado na decisão agravada, a apreciação do pleito recursal demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Leis ns. 9.096/1995 e 12.034/2009). A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário:

“DIREITO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DECURSO DE PRAZO. PRESCRIÇÃO. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. ART. 37, § 3º, DA LEI Nº 9.096/95. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 04.02.2015. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso

ARE 914578 / DF

extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo regimental conhecido e não provido” (ARE n. 882.564-AgR, Relatora a Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 25.8.2015).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRESCRIÇÃO. PRÉVIA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: LEI N. 9.096/1995. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 895.057-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 29.9.2015).

8. Ainda que, no julgamento de mérito do RE n. 669.069, este Supremo Tribunal Federal venha a decidir pela maior abrangência do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição da República, esse entendimento não significaria declarar a inconstitucionalidade da norma aplicada à espécie pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

9. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora